



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000758253

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0015111-68.2016.8.26.0000, da Comarca de Registro, em que , é investigado GILSON WAGNER FANTIM (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REGISTRO).

ACORDAM, em 13ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Homologaram o pedido de arquivamento deste procedimento investigatório, observada a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MOREIRA DA SILVA (Presidente), DE PAULA SANTOS E FRANÇA CARVALHO.

São Paulo, 6 de outubro de 2016.

Moreira da Silva
Relator
(assinatura eletrônica)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0015111-68.2016.8.26.0000

INVESTIGADO: GILSON WAGNER FANTIM (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REGISTRO)

COMARCA: REGISTRO

VOTO Nº 23.150

EMENTA: Competência originária do TJSP – Prefeito Municipal de Registro – Desobediência – Proposta de arquivamento pela Procuradoria Geral de Justiça – Acolhimento – Ausência de demonstração de conduta ilícita – Hipótese que não enseja outra providência, segundo a convicção do “*dominus litis*” – Arquivamento dos autos com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.

1. Trata-se de expediente instaurado para apuração da prática, em tese, de crime de desobediência, pelo atual Prefeito de Registro, Sr. Gilson Wagner Fantin.

A d. Procuradoria Geral de Justiça determinou o arquivamento do expediente, uma vez que *os elementos de informação coligidos aos autos não indicam prática de crime por parte do investigado.*

Vieram-me os autos, para homologação do arquivamento, em homenagem ao princípio da publicidade (artigo 37, *caput* da Constituição Federal).

É o relatório.

2. É caso de se homologar o arquivamento.

Como bem preconizado pelo douto parecerista

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

da E. Procuradoria Geral de Justiça *"Na hipótese, do teor dos ofícios não se colhe que tenha havido ordem judicial. De outra parte, não consta que o Alcaide tivesse ciência pessoal das comunicações expedidas pelo Juízo, nem clareza quanto à identidade e função desempenhada pelo recebedor dos expedientes, o que poderia indicar pronto encaminhamento ao Prefeito. É de ver que o tipo penal em tela tem como elemento subjetivo do tipo o dolo, ou seja, o escopo deliberado de desatender a ordem judicial. Em face das circunstâncias aqui anotadas não emergiu a necessária ciência do alcaide, bem como o intuito de desatender o Juízo"* (fls. 12/13).

Frente a esse contexto, e por viger na ordem jurídica brasileira o sistema penal acusatório, por força do qual a iniciativa da persecução penal nos crimes de ação penal pública constitui função exclusiva do Ministério Público (art. 129, I, CF), não há outra solução para o caso senão aquela no sentido de se homologar o arquivamento pleiteado pela d. Procuradoria Geral de Justiça, observada a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.

3. Pelo exposto, homologa-se o pedido de arquivamento deste procedimento investigatório, observada a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.

RONALDO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA
Relator
(assinatura eletrônica)